

A redução da pobreza

A confirmação, com base em dados oficiais, de que apenas de 2005 para 2006 quase 6 milhões de brasileiros deixaram a condição de pobre, subindo na escala social, é um fato a ser destacado, até mesmo para que o processo tenha continuidade e possa levar o país a se livrar dessa chaga. Os dados, compilados pela Fundação Getúlio Vargas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mostram uma parcela de pobres ainda elevada. Ainda assim, houve um recuo do percentual para 19,3% da população, o menor desde os 35,2% registrados em 1992, quando a variação começou a ser acompanhada. O país precisa persistir nesse processo de redução, assegurando meios de diminuir não apenas os níveis de miséria, mas também os de desigualdade.

Nesse aspecto, chamam a atenção situações, de um lado, como a de Santa Catarina, que além de registrar o menor percentual de pobres do país, de 4,68%,

ostenta a maior queda na Região Sul. Na outra ponta, está o Maranhão, com 44,23% de famílias com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 125, e que não vem conseguindo livrar esse contingente da condição de pobre. No segundo caso, a explicação sugerida pelo estudo é que as políticas de complementação de renda têm impacto maior num primeiro momento. Cada vez mais, o governo precisa encontrar formas de aproximar esses dois extremos, fazendo com que o



país comece a deixar definitivamente para trás a condição de um dos campeões de iniquidade social. Só o salto registrado agora, que já vem sendo chamado de "crescimento chinês" da renda, levou o Brasil a passar da condição de segundo para 12º país mais desigual do mundo, feito que precisa ter continuidade.

Um aspecto relevante do estudo realizado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o fato de a queda na parcela de pobres ser atribuída justamente ao fato de os últimos governos terem optado por uma relativa continuidade nas políticas econômicas e sociais. Primeiro foi a vez da estabilidade com o Plano Real, simultaneamente à implantação de políticas sociais consistentes. O atual governo manteve os fundamentos da política econômica e aprofundou a implantação de políticas sociais, com destaque para o Bolsa-Família, além de dar prioridade a um processo de recuperação

do valor do salário mínimo e do nível de emprego. O Brasil precisa aperfeiçoar cada vez mais essa combinação em favor das faixas de menor renda.

Um dos pressupostos para assegurar a ascensão social dos pobres é a economia continuar se expandindo de forma continuada. O outro é o país garantir prioridade permanente à educação, sem a qual o aumento da renda não tem como se manter e se ampliar.